



Relatório INSP-2019-0070

BI-2019-0056

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 12/06/2019 **Hora:** 13h30 **Tipo:** Reinspeção (Irregularidades)

Motivo da inspeção: Seguimento

Inspetor responsável: Paulo M. Pires

Outros inspetores da IRA: António MR. Moutinho

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto, no âmbito da campanha de inspeções dirigida a operadores de gestão de resíduos.

A inspeção teve também como objetivo verificar os assuntos pendentes em resultado da inspeção realizada em novembro de 2017 (INSP-2017-0360).

O estabelecimento encontrava-se encerrado, não tendo sido possível contactar qualquer representante da empresa no local. Foram verificados indícios da atividade exercida no logradouro existente em frente ao armazém.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Recyclapico - Centro de Reciclagem do Pico, Lda **NIPC/NIF:** 513818707

Sede/morada: Zona Industrial S/N - Canada de Torres

Código Postal: 9940-210 **Freguesia:** Santo António

Concelho: São Roque do Pico **Ilha:** Ilha do Pico

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Recyclapico - Centro de Reciclagem do Pico, Lda

Endereço: Zona Industrial S/N - Canada de Torres

Código Postal: 9940-210 **Freguesia:** Santo António

Concelho: São Roque do Pico **Ilha:** Ilha do Pico

Atividade principal: 46771 - Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos

Outras atividades:

Período de funcionamento: Das 9h00 às 18h00

Licenciamento da atividade: 10/DRA/2013, válido até 30/11/2018

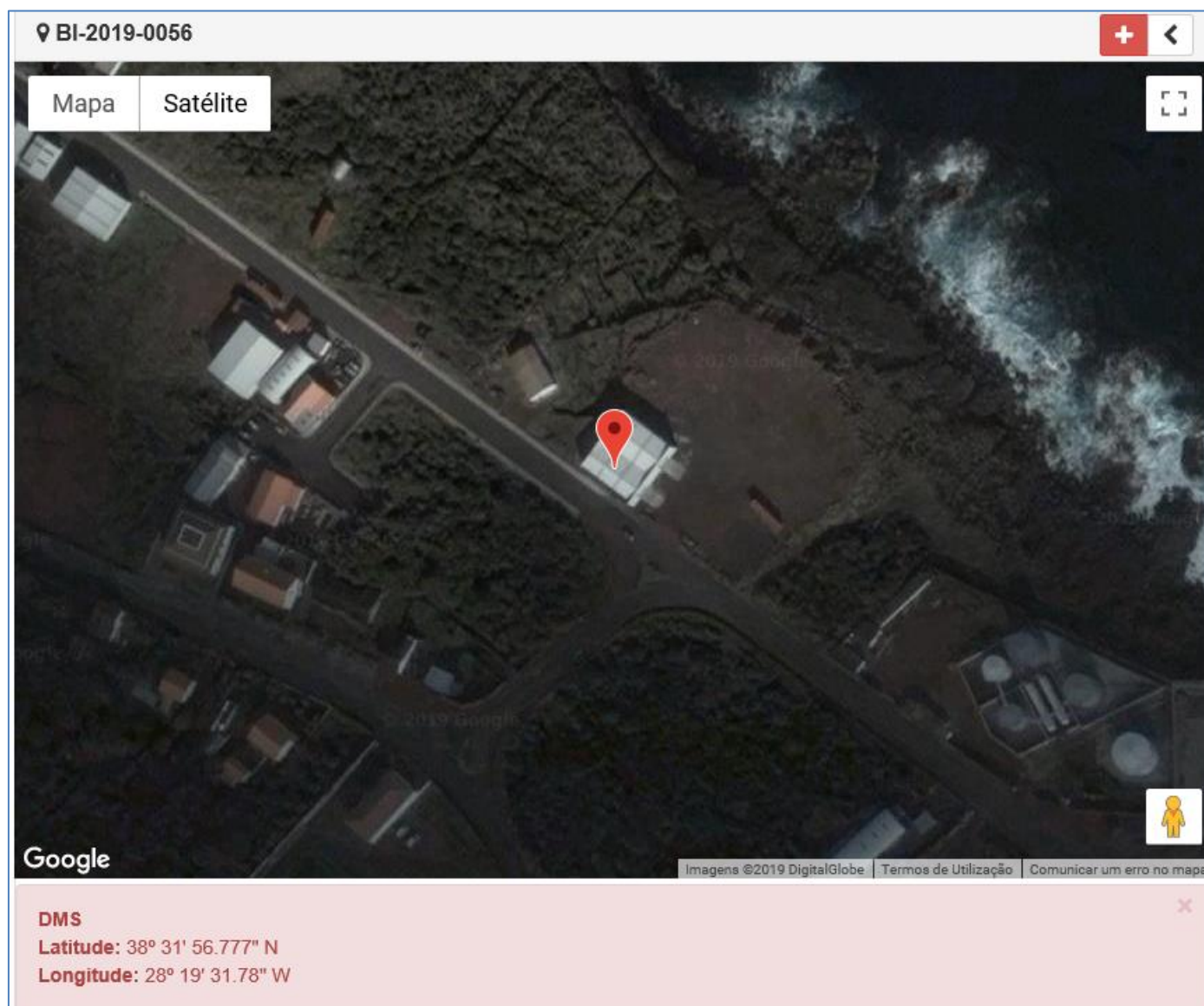


Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

2 – Situação observada

2.1 – Antecedentes

O estabelecimento foi inspecionado em novembro de 2017 (BI-2017-0356). Naquela inspeção foram detetadas diversas irregularidades, tendo sido emitida a notificação para regularização SAI-2018-0289, de 04/05/2018.

Entretanto o operador, através da comunicação enviada em julho de 2018 (registo ENT-2018-0554, de 11/07/2018), apresentou evidências da regularização de algumas irregularidades, tendo ficado pendentes para verificação as seguintes situações:



- a) Incumprimento das normas de armazenagem e triagem de resíduos, nomeadamente, a triagem e armazenagem dos resíduos é feita diretamente sobre o solo, não sendo realizada em local coberto nem pavimentado ou impermeabilizado.
- b) Incumprimento das normas de armazenagem e triagem de resíduos, nomeadamente, os poucos contentores de resíduos existentes no logradouro não estão identificados nem por nome comum nem com o código LER.
- c) Incumprimento das normas das instalações de operações de gestão de resíduos, designadamente, a não existência de estruturas nem dispositivos que impeçam o livre acesso à instalação.
- d) O incumprimento dos termos e condições constantes do ponto 2. do alvará de licença de operador de gestão de resíduos (Alvará n.º 10/DRA/2013) – Tipo e Quantidade Máxima de Resíduos Objeto das Operações de Gestão, nomeadamente, a receção e descarga de pneus usados no logradouro da instalação, que não se encontrar licenciada para os receber.
- e) O incumprimento dos termos e condições constantes do ponto 3. do alvará de licença de operador de gestão de resíduos (Alvará n.º 10/DRA/2013) – Condições a que ficam submetidas as OGR, nomeadamente e no que se refere às áreas exteriores, as áreas de gestão não estão delimitadas nem identificadas por tipologia ou fluxo de resíduos nem por tipologia de operação.

Em julho de 2018 o operador iniciou junto da Direção Regional do Ambiente a renovação do alvará n.º 10/DRA/2013, cuja validade terminava em 30/11/2018 (distribuição SGC0100/2018/8350). O processo culminou na decisão de indeferimento do pedido de renovação, comunicada ao operador através do ofício SAI/DRA/2019/1334, datado de 04/04/2019, remetido para o endereço de correio eletrónico do operador (recyclapico@gmail.com) na mesma data.

Juntamente com a comunicação da decisão, a Direção Regional do Ambiente notificou o operador para proceder à retirada e encaminhamento dos resíduos rececionados durante a atividade de gestão, para destino final devidamente licenciado para o efeito, no prazo máximo de 20 dias úteis.

2.2 – Descrição da situação observada

Na vista às instalações o armazém afeto à atividade encontrava-se encerrado. No logradouro em frente ao estabelecimento encontrava-se um contentor de transporte com diversos resíduos metálicos, um contentor marítimo fechado e diversos resíduos depositados na zona adjacente desse mesmo contentor, designadamente componentes de plástico rígido, pneus e madeira (figuras 2.1 e 2.2).



Figura 2.1: Contentor de transporte contendo resíduos metálicos.



Figura 2.2: Resíduos na zona adjacente ao contentor marítimo.

2.3 – Outras informações obtidas

Consultado o *backoffice* do Sistema Regional de Informação sobre Resíduos (SRIR) verificou-se que o operador emitiu guias de transporte de resíduos a partir do estabelecimento na ilha do Pico em data posterior à da inspeção, conforme figura 2.3.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

<input type="checkbox"/>	N.º da Guia	Data Registo	▲ Código LER	Estado	Data do Estado
<input type="checkbox"/>	AZ20190617144898	17-06-2019 15:45	191202	Concluída	20-06-2019 09:12
<input type="checkbox"/>	AZ20190617144900	17-06-2019 15:46	191203	Concluída	20-06-2019 09:21
<input type="checkbox"/>	AZ20190625146759	25-06-2019 09:54	191203	Concluída	04-07-2019 08:04
<input type="checkbox"/>	AZ20190627147995	27-06-2019 21:40	191202	Emitida	27-06-2019 21:40
<input type="checkbox"/>	AZ20190628148396	28-06-2019 17:17	191203	Concluída	04-07-2019 08:06
<input type="checkbox"/>	AZ20190628148402	28-06-2019 17:28	191203	Emitida	28-06-2019 17:28
<input type="checkbox"/>	AZ20190702149283	02-07-2019 15:30	200140	Emitida	02-07-2019 15:30

Figura 2.3: Guias de transporte de resíduos registadas após a data de inspeção (fonte: *backoffice* do SRIR, acesso em 05/07/2019).

Todas as guias constantes da listagem da figura 2.3 correspondem ao encaminhamento de resíduos metálicos, totalizando cerca de 18 toneladas.

3 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

- Na data da inspeção verificou-se a existência de resíduos no logradouro anexo ao estabelecimento do operador na ilha do Pico bem como o encaminham de resíduos a partir deste estabelecimento em data posterior à data da inspeção, o que indicia a continuação do exercício da atividade de operador de gestão de resíduos sem alvará válido. A realização, sem título, de operação de gestão de resíduos sujeita aos regimes de licença ou concessão, em violação do disposto no nº 3 do art.º 15.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, constitui contraordenação ambiental muito grave prevista na alínea c) do n.º 3 do artigo 229.º do mesmo diploma legal, punível, no caso de pessoa coletiva, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de € 24 000 a € 144 000 em caso de negligência e de € 240 000 a € 5 000 000 em caso de dolo.

4 – Indicações e medidas adotadas

Considerando que as irregularidades pendentes, em resultado da inspeção anterior, estavam relacionadas com a atividade da empresa enquanto operador de gestão de resíduos, designadamente o incumprimento de condições da licença, tendo essa atividade cessado por não renovação da licença devem as mesmas ser consideradas sem efeito.

Considerando que na sequência da decisão de não renovação da licença o operador foi notificado pela Direção Regional do Ambiente para proceder ao encaminhamento dos resíduos existentes na instalação, embora o prazo



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

concedido já tivesse expirado, entendeu-se que os indícios verificados poderiam estar relacionados com o encaminhamento do passivo de resíduos armazenados. Nestes termos notificou-se o operador para adotar as seguintes medidas:

1. Deverá, no prazo de 30 dias úteis, evidenciar perante a Inspeção Regional do Ambiente, nomeadamente através do envio de documentação, a conclusão do processo de encaminhamento dos resíduos existentes nas instalações sitas em São Roque do Pico para operador de gestão de resíduos licenciado.
2. Deverá abster-se de receber novos resíduos nas instalações uma vez que tal configura a realização de operações de gestão de resíduos sem licença válida.

Ponta Delgada, 5 de julho de 2019

O Inspetor Superior Principal

(Paulo Martinho Pires)